

IDENTIFICAÇÕES DA BOLSA-FORMAÇÃO DO PRONATEC COM O TOYOTISMO/ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

IDENTIFICATIONS OF THE TRAINING SCHOLARSHIP FROM PRONATEC WITH TOYOTISM / FLEXIBLE ACCUMULATION

PRISCYLLA DIETZ FERREIRA AMARAL

Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)
pridietz@yahoo.com.br

JOÃO ROBERTO RESENDE FERREIRA

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (PPEC, UEG – CCET, Anápolis - GO)
joarob-ferreira@uol.com.br

Resumo: Este artigo relaciona a Bolsa-Formação do PRONATEC com o toyotismo/acumulação flexível. Para isso, a primeira providência do estudo é traçar o cenário em que se contextualiza essa forma de produção do sistema capitalista, que se propagou mundialmente a partir da crise econômica da década de 1970. Com essa perspectiva em vista, parte-se para a análise das características da Bolsa-Formação do PRONATEC e verificam-se identificações desta com o toyotismo em pontos como terceirização e flexibilidade. Conclui-se que a política educacional enfatiza o preparo de mão de obra para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação que se pautar pela integralidade do sujeito, ou seja, que agregue o fazer e o pensar. As indicações de que a Bolsa-Formação seja uma iniciativa que não se compromete com uma educação emancipadora conduzem a uma reflexão ampliada sobre as práticas educativas no contexto capitalista. Com base no pensamento de Mészáros, deslumbra-se uma mudança educacional radical cujo posicionamento seja firmado para além do capital. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Bolsa-Formação. PRONATEC. Toyotismo. Acumulação flexível.

Abstract: This article relates the Training Scholarship from PRONATEC with toyotism / flexible accumulation. For this, the first step of the study is to outline the scenario in which this form of production of the capitalist system is contextualized, which has spread worldwide since the economic crisis of the 1970s. With this perspective in mind, one starts with the analysis of the characteristics of the Training Scholarship from PRONATEC and verify its identifications with Toyotism in points such as outsourcing and flexibility. It is concluded that educational policy emphasizes the preparation of labor for the labor market to the detriment of a training that is based on the integrity of the subject, that is, that adds doing and thinking. The indications that the Bolsa-Formação is an initiative that does not commit itself to an emancipatory education leads to an extended reflection on educational practices in the capitalist context. Based on the thinking of Mészáros, a radical educational change is dazzled whose position is established beyond capital. The methodology adopted is based on bibliographic research.

Keywords: Training Scholarship. PRONATEC. Toyotism. Flexible Accumulation.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da existência humana, as formas de organização política, social e econômica dos povos sempre exerceram influência sobre suas respectivas concepções e práticas no campo da educação. Como aponta Mészáros (2005, p. 25), “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. Tendo como base essa constatação, este artigo elegeu como recorte de análise a correlação entre a Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criada em 2011, e a forma de produção predominante no sistema capitalista atual, o toyotismo/acumulação flexível.

O estudo visa a contribuir para as análises que estão em curso no país referentes à Bolsa-Formação do PRONATEC, que é a política pública mais recente na área da educação profissional em termos de abrangência nacional. De particular importância, cita-se a possibilidade de contribuição a estudos no âmbito de programas de pós-graduação profissional, os quais têm representado uma inovação no campo da educação profissional do país. Para a proposta, o referencial teórico tem o apoio de autores como Gramsci (1985; 2001), Antunes (2010), Oliveira (2003) e Mészáros (2005).

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira, são apontados os elementos históricos que marcam a constituição do toyotismo/paradigma da acumulação flexível, tais como a crise econômica da década de 1970 e o enfraquecimento do fordismo/taylorismo. Em seguida, são indicadas as relações da forma de produção atual com as características que sustentam a criação e implementação da Bolsa-Formação no Brasil. A última seção reserva uma reflexão sobre os desafios que o setor educacional como um todo enfrenta no contexto do capitalismo e aborda a proposta de uma educação que rompa com o capital com vistas a se alcançar práticas educativas comprometidas com a emancipação dos seres humanos. O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e foi viabilizado por meio de uma pesquisa bibliográfica.

2. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO TOYOTISMO/ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O toyotismo é uma forma de produção que tem como fundamento o paradigma da

acumulação flexível e foi assim denominada por ter sido a fábrica de veículos japonesa Toyota a instituição pioneira desse tipo de gestão. Sua origem está vinculada às diversas transformações políticas sociais e econômicas que o mundo sofreu a partir da crise do sistema capitalista do final da década de 1970. Antes de prosseguir na caracterização do toyotismo, é preciso estudar os atributos do modelo de produção que o antecedeu, o fordismo/taylorismo, em razão dos elos de continuidade entre ambos.

O fordismo/taylorismo se notabilizou por representar uma racionalização da produção e do trabalho que inovou a grande indústria a partir da segunda década do século XX ao estabelecer elementos técnicos e organizacionais como a produção em série, o controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista, a fragmentação das funções laborais, a constituição do operário-massa e as unidades fabris concentradas e verticalizadas (ANTUNES, 2010). A experiência precursora se deve ao estadunidense Henry Ford que aplicou o modelo de gestão em sua fábrica automobilística, a Ford, juntamente com apoio de métodos de gestão industrial elaborados por Frederick Taylor.

Um dos mais importantes analistas sobre o fordismo, o italiano Antonio Gramsci, conseguiu enxergar as repercussões dessa forma de produção sobre a sociedade especialmente quanto ao que ele denominou de elaboração de um novo tipo humano viabilizada em sintonia com uma adaptação psicofísica à estrutura industrial. O autor denunciou que esse modelo requisitou de seus trabalhadores um controle de comportamentos e métodos até mesmo em espaços externos ao ambiente laboral.

O autor avaliou que havia um cuidado com a própria subjetividade do ser humano e isso se evidenciava pelo interesse de Ford por aspectos da vida privada de seus funcionários como o uso do álcool ou a variedade de seus relacionamentos afetivos. Os artifícios para atrair a conservação desse equilíbrio psicofísico se firmavam na persuasão expressada por meio de altos salários e benefícios sociais, aliada ao fato de haver uma constante oposição ao sindicalismo operário. Uma declaração de Gramsci (2001) que resume a força do espírito que envolve o fordismo pode ser observada quando disse que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001, p. 248).

O toyotismo surge com o poder de aprofundar as tentativas de influências da produção do capital sobre a subjetividade do ser humano em uma continuação ao que já se procurava estabelecer na era do fordismo.

Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção *integral* do fordismo, do “novo tipo humano”, em consonância com o “novo tipo de trabalho e de produção”, o toyotismo por certo aprofundou esta *integralidade* (ver Gramsci, 1976: 382). O *estranhamento* próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar* e *agir* para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão de *que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio* e *estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o *fetichismo* da mercadoria. A existência de uma *atividade autodeterminada*, em *todas* as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. *Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite.* Neste preciso sentido é um estranhamento pós-fordista. (ANTUNES, 2010, p. 40, grifos do autor)

No fordismo/taylorismo, o trabalhador se responsabilizava por uma atuação específica e fragmentada. Já no toyotismo, a responsabilidade se amplia para exigências de polivalência, operacionalidade em várias frentes de trabalho, mesmo que marcada pela desespecialização. Demandam-se trabalho em equipe e rendimento. A primeira fase do modelo, especificamente no Japão, ofereceu vantagens aos trabalhadores como emprego vitalício e ganhos salariais em decorrência da produtividade, gerando a busca por um comprometimento do empregado com a fábrica, com a “Família Toyota”. Alguns resultados mais imediatos de medidas como essas foram o excesso de horas extras e o enfraquecimento da representação política dos trabalhadores que agora se viam envolvidos pelo chamado sindicalismo de empresa por meio do qual o sindicato se submete à hierarquia empresarial.

No toyotismo, explica Antunes (2010), o processo de produção é readequado e agora não será mais em série e em massa, mas sob demanda flexível, enxuta, em uma lógica do estoque mínimo. A gestão da força de trabalho encontra expressões como Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), “qualidade total”, *just in time*, “gerência participativa”, flexibilização. A era da acumulação flexível se faz presente nos processos laborais, nos mercados, nas formas de consumo.

Inovações tecnológicas nos níveis de automação, microeletrônica e robótica, especialmente a partir da década de 1980, incorporam-se às novas propostas ditadas pelo toyotismo/acumulação flexível. Esse conjunto de mudanças repercute sobre as relações de trabalho e de produção do capital em escala mundial e a globalização formará o cenário ideal para isso. Cresce o desemprego estrutural principalmente porque o toyotismo viabiliza-se a

partir de um número mínimo de trabalhadores formais, além de temporários ou subcontratados. Formas transitórias de produção são vivenciadas “cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase” (ANTUNES 2010, p. 24). Há uma horizontalização em muitos níveis da produção que, por efeito cascata, influencia a difusão das mesmas práticas na rede de fornecedores.

Segundo Ferreira (2011), no Brasil a revolução tecnológica, a globalização e o neoliberalismo constituem as novas roupagens do capital no processo de expansão. Mais uma vez a formação profissional é reivindicada pelos empresários como necessária para suprir o “apagão de mão de obra” que ameaça o desenvolvimento econômico. Por outro lado, é uma exigência dos trabalhadores como um direito social e condição indispensável para garantir a vida em uma sociedade informatizada, bem como para manter a luta pela transformação social.

Na literatura consultada, fica evidente que o processo de reestruturação produtiva intensificou-se no Brasil a partir dos anos de 1980, mas o aparato tecnológico empregado, tanto do ponto de vista da gestão quanto da inovação favoreceu ainda mais a terceirização e a precariedade do trabalho. Assim, toda mobilização popular que influenciou a elaboração da Constituição de 1988 e algumas das reivindicações populares que se converteram em leis, ou seja, direitos adquiridos, no momento são ameaçados diante da investida neoliberal proposta por ações governamentais em parceria com organismos internacionais.

Por modificar de maneira tão intensa o sentido do trabalho e da subjetividade humana, toda a sociedade sente os reflexos dessas mudanças proporcionadas pelo toyotismo e pelo paradigma da acumulação flexível. No setor educacional, não é diferente. Oliveira (2003) aponta que a escola vivencia uma ênfase quanto à responsabilidade pela formação de uma mão de obra capaz de se adaptar às alterações requisitadas pelo contexto da produção flexível em que a referência pedagógica subordina-se aos interesses do mercado. No campo específico da educação profissional, o panorama é ainda mais sensível.

As mudanças decorrentes do processo de globalização e a adoção de novos padrões de produção industrial – caracterizados, principalmente, pela flexibilidade – impõem a necessidade de se reestruturar a educação profissional, visando sua adequação aos novos requisitos exigidos dos trabalhadores, bem como são fundamentais para a criação de um novo padrão de vida cidadã. Conceitos como o de competência, empregabilidade, flexibilidade surgem não só como tentativa de melhor adequar a educação aos imperativos da nova ordem econômica, como representam estratégias das elites visando retirar da materialidade das relações capitalistas a responsabilidade pela exclusão social e pelo desemprego em massa (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

No caso do recorte feito para a presente análise, observa-se que a Bolsa-Formação do PRONATEC também segue, em muitos aspectos, exigências para formação nos termos apresentados por Oliveira (2003). Mas antes de prosseguir com essa avaliação, faz-se necessário explicitar inicialmente como se deu a criação desse programa do governo federal.

3. A BOLSA-FORMAÇÃO DO PRONATEC NO CENÁRIO DE UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO

O PRONATEC oficializa-se como política pública a partir da lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a finalidade anunciada de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil e impulsionar o preenchimento de postos de trabalho no setor produtivo. Entre outubro de 2011 e junho de 2014, o programa alcançou o total de 7,3 milhões de matrículas em quatro mil municípios (70% do total de municípios brasileiros aproximadamente) e contou com um investimento na ordem de R\$ 14 bilhões (BLOG DO PLANALTO, 2014). Mesmo com cortes orçamentários realizados pelo governo federal em 2015 e 2016, o PRONATEC teve sua continuidade assegurada no período. Em 2017, ganhou uma nova abordagem com a denominação MedioTec, que prioriza a oferta de cursos técnicos em concomitância ao ensino médio para alunos matriculados em escolas públicas.

O PRONATEC engloba um conjunto de cinco iniciativas: **expansão da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado**, que prevê o repasse de verbas do governo federal aos governos estaduais para equipar laboratórios e para viabilizar construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais; **Rede e-Tec Brasil**, que abrange a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, na modalidade de educação a distância; **Acordo de Gratuidade com o Sistema S**¹, por meio do qual o SENAI, SENAC, SESC e SESI passaram a aplicar os recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos gratuitos oferecidos para estudantes de baixa renda e trabalhadores; **Bolsa-Formação**, por meio da qual o governo federal oferta cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos em instituições que atuam na educação profissional e

1 Sistema S: Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Senado Federal (2015)

tecnológica (BRASIL/MEC, 2015). Dentre estas cinco ações, apenas a Bolsa-Formação se configurou, em 2011, como algo inédito uma vez que as demais já se encontravam em curso no país.

Para este artigo, será abordada especificamente a experiência da Bolsa-Formação, que acabou por se tornar a iniciativa mais associada ao PRONATEC, inclusive porque a destinação principal do financiamento público do programa é voltada para ela – aproximadamente 55% do total – conforme dados apresentados em capítulo que compõe o livro *Mapa da educação profissional e tecnológica*, produzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (FERES, 2015).

O público-alvo prioritário da Bolsa-Formação é composto por: I - Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - Trabalhadores, elencados como empregados, trabalhadores domésticos, não remunerados, por conta própria, na construção para o próprio uso ou para o próprio consumo, de acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente de exercerem ou não ocupação remunerada, ou de estarem ou não ocupados, incluindo os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; III - Beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda, entre outros que atenderem a critérios previstos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, instituído por meio do Decreto no 7.492, de 2 de junho de 2011; e IV - Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. Prevê-se ainda que haja participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres responsáveis pela unidade familiar que sejam cadastradas em programas federais de transferência de renda e de trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego, considerados reincidentes, nos termos do Decreto no 7.721, de 16 de abril de 2012 (BRASIL/MEC, 2015).

Para execução da Bolsa-Formação, a União se responsabiliza financeiramente por cursos na modalidade presencial ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelas redes estaduais e pelos Sistemas Nacionais de Aprendizagem. O nome Bolsa-Formação se deve ao fato de o programa prever que a União financie a formação dos alunos bolsistas em relação a “todos os custos relacionados à oferta educacional, ao transporte, à alimentação e até os materiais escolares utilizados pelos beneficiários”

(BRASIL/MEC, 2011a, p. 6).

A Bolsa-Formação está dividida em duas modalidades: I – *Bolsa-Formação Estudante*, que abrange: cursos técnicos na forma concomitante, para estudantes em idade própria; cursos técnicos na forma concomitante ou integrada, para Educação de Jovens e Adultos – EJA; cursos técnicos na forma subsequente, para estudantes que concluíram o ensino médio; e cursos de formação de professores em nível médio, na modalidade normal. II – *Bolsa-Formação Trabalhador*, que inclui cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional denominados FIC (BRASIL/MEC, 2015).

De forma geral, pode-se afirmar que a justificativa principal para criação da Bolsa-Formação do PRONATEC é a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Isso fica evidenciado, por exemplo, na Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28 de abril de 2011, quando é afirmado que o objetivo central do programa é

oferecer oportunidade de formação profissional aos trabalhadores e jovens estudantes brasileiros, criando condições favoráveis para sua inserção no mercado de trabalho e enfrentando um dos maiores desafios colocados hoje para continuidade do crescimento econômico do País, que é a falta de mão-de-obra qualificada. (BRASIL/MEC, 2011b)

100

A esse respeito, Antunes (2010, p. 38) destaca que “o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática”. De fato, há uma sintonia entre ambos, sendo possível afirmar que o neoliberalismo e o toyotismo/acumulação flexível representam a base hegemônica do modelo político e econômico do capitalismo atual. Também favorecida com a crise econômica dos anos 1970 para sua emergência mundial, a corrente neoliberal fundamenta-se, em linhas gerais, nas leis do livre mercado, no individualismo, no Estado Mínimo, entre outros aspectos. Alves e Moraes (2006) incluem a precarização do trabalho nessa relação de afinidade existente entre toyotismo e neoliberalismo. Os autores descrevem que nesse modelo há uma composição de “uma totalidade concreta do novo metabolismo social da produção de mercadorias nas condições de crise estrutural do sistema capitalista global” (ALVES; MORAES, 2006, p. 17)

No campo da educação, ela tem como uma de suas inclinações fundantes a Teoria do Capital Humano:

Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos "recursos humanos" para a estrutura de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser

necessária. O primeiro deve responder de maneira direta à demanda do segundo. Deste modo o neoliberalismo, ao rejeitar a planificação social, deixa livre às leis de oferta e da demanda as características e orientação do sistema educativo. O mecanismo do mercado é auto-regulador, o que melhor equilibra as demandas surgidas do setor produtivo com a oferta proveniente das instituições educativas. (BIANCHETTI, 2005, p. 94)

Além da questão da ênfase dada à formação para o mercado em que a abordagem pedagógica não privilegia a formação integral do sujeito, a Bolsa-Formação do PRONATEC recebe críticas de estudiosos da educação profissional por ofertar cursos de baixa complexidade tecnológica, com currículos fragmentados e de formação aligeirada.

O PRONATEC propõe cursos rápidos que formem para o mercado de trabalho, indo de encontro a uma educação profissional integral para o mundo do trabalho e não sujeita às demandas restritas dos postos de trabalho que são criados e fechados de acordo com os interesses do capital (COSTA; FRANZOI; SILVA, 2013, p. 96)

A crítica feita pelas três autoras se deve ao perfil que caracteriza os cursos da Bolsa-Formação, que agrega a modalidade FIC em 70% do total de vagas ofertadas (UOL EDUCAÇÃO, 2015). Esse formato abrange cursos com no mínimo 160 horas de duração e que, legalmente, não são vinculados com a educação básica e não proporcionam elevação de escolaridade. Já os cursos técnicos, que envolvem a menor porcentagem, além de possuírem uma carga horária variando de 800 a 1200 horas, são ofertados articulados ao ensino médio (concomitantes ou integrados) ou subsequentes (após a conclusão do ensino médio). Para Grabowski (2013), o predomínio de cursos do formato FIC no campo da Bolsa-Formação pode ter algum resultado de forma pontual, “mas não resolve o problema da formação de mão de obra do País. Essa estratégia de fazer cursos de curta duração, fragmentados, dispersos, tem mantido a nossa força de trabalho desqualificada” (GRABOWSKI, 2013, s/p)

Outro ponto relevante refere-se ao financiamento público de cursos. Na Bolsa-Formação do PRONATEC, predomina a participação da iniciativa privada, sendo ela responsável por matrículas girando em torno de 80% do total das vagas oferecidas, especialmente as originadas no Sistema S (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

Outro aspecto que demonstra a intencionalidade de se conectar a educação ofertada pela Bolsa-Formação do PRONATEC com o toyotismo/acumulação flexível encontra-se no PRONATEC Empreendedor. Trata-se da concretização de um acordo de cooperação firmado em 2013 entre o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e o

Ministério da Educação (MEC) cujo objetivo é inserir conteúdos de empreendedorismo nos cursos do PRONATEC. Para isso, o SEBRAE dá suporte a uma rede de parceiros ofertantes dos cursos por meio de cartilhas, vídeos, capacitações de docentes e ministração de disciplina de empreendedorismo para discentes, além de uma premiação a alunos e professores que se destacarem em ações que envolvam a questão.

O PRONATEC Empreendedor colabora para uma formação adequada a pressupostos do toyotismo/acumulação flexível. Um exemplo disso é conferido quando se afirma que existe uma necessidade de se estudar empreendedorismo diante das exigências atuais da sociedade.

Tal necessidade se mostra ainda evidente quando se percebe que vivemos em uma sociedade que exige cada vez mais que as pessoas sejam empreendedoras, autônomas, com **competências múltiplas**, que saibam **trabalhar em equipe**, que tenham capacidade de aprender com situações novas e complexas. Que elas possam **enfrentar novos desafios e sejam capazes de promoverem transformações**. Em decorrência dessa realidade, a Educação Empreendedora passou a ocupar posição de relevância no **campo econômico e social**. Passou a ser de grande importância aprender sobre empreendedorismo. (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2013, grifos nossos)

Os destaques nesse trecho que mencionam o PRONATEC Empreendedor demonstram a identificação dele com o trabalhador desejado em tempos de toyotismo e acumulação flexível. A versatilidade é o requisito principal feito pelo sistema capitalista em sua forma de produção atual. Seu interesse é pela formação de um trabalhador que possa atuar por meio de múltiplas funções, o que significa que ele precisará ser “flexível, polivalente, qualificado, mas desespecializado, que saiba trabalhar em equipe, que tenha capacidade de raciocínio abstrato, e uma compreensão do processo produtivo, um trabalhador diferente do exigido no modelo produtivo anterior (fordismo)” (LIMA, 2012, p. 8).

É preciso esclarecer que não há nada de errado em vincular a educação escolar com o mundo do trabalho. Pelo contrário, este se configura uma das finalidades daquela. O problema se dá quando a formação é submetida a uma lógica estritamente econômica e utilitarista em que valores como criatividade ou empreendedorismo, por exemplo, são utilizados para ocultar uma intencionalidade de diminuir a esfera humanista da educação. Antonio Gramsci, que viveu entre 1891 e 1937, analisou o sistema escolar de sua época e desejou uma instituição apta a “desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida” (GRAMSCI, 1985, p. 117). Mostra-se apropriado, ainda no tempo atual, o princípio gramsciano de escola unitária cuja formulação

baseia-se em uma:

escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1985, p. 118)

A esse respeito, encontra-se em Mészáros (2005) o inconformismo com a educação institucionalizada no sistema capitalista a qual, em sua avaliação, tem servido ao propósito de não só meramente formar mão de obra para a estrutura produtiva, mas também de criar e propagar valores que legitimam os interesses da classe dominante, de modo a ofuscar a possibilidade de qualquer outra opção de gestão da sociedade. Para o pesquisador, os fundamentos do capital são irreformáveis e seguem uma referência de desumanização posto que se norteiam pela exploração humana e pela acumulação ampliada e desigual do capital. E é por essa razão que sua solução para o impasse está pontuada em uma radicalização nos modos de concepção e práticas da escola.

A proposta de mudança educacional radical feita pelo autor significa, essencialmente, o rompimento com a forma de internalização historicamente construída que decreta não ser possível superar a concepção dominante vigente do capital. Daí a necessidade de que, no campo educacional, as modificações sejam essenciais e não apenas formais. Nessa perspectiva, Mészáros (2005) ainda ressalta duas observações a serem feitas quanto ao papel da educação formal nesse contexto. A primeira é que ela não é a força ideologicamente primária de consolidação do capitalismo, mesmo que faça parte disso. A segunda é que ela não é capaz de, por si só, promover uma alternativa emancipadora radical, apesar de também ter poder de inserção nesse processo. A transformação que vise a uma nova ordem social apontada por ele envolve todos os elementos que formam a sociedade.

Tendo em vista o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio que deve ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital – e não simplesmente das personificações do capital que afirmam os imperativos do sistema como capitalistas dedicados – e a *transformação progressiva da consciência* em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 65, grifos do autor)

A reflexão proposta por Mészáros (2005), portanto, abarca a educação oferecida no âmbito do sistema capitalista como um todo, o que inclui consequentemente a proposta da Bolsa-Formação do PRONATEC. O desafio de se alcançar uma educação para além do capital é enorme, mas não impossível. A leitura crítica da realidade social e a referência de possibilidade de se romper com a lógica capitalista são os primeiros passos para uma nova alternativa de sociedade e de educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se comparar as características da Bolsa-Formação do PRONATEC com elementos que sustentam o toyotismo/acumulação flexível. Nota-se que a posição em que se situa a forma de produção que prevalece no capitalismo atual serve como justificativa para execução do programa quanto à difusão de valores como a terceirização, a flexibilidade e a polivalência do ser humano em prol da lucratividade.

Considera-se que vincular educação e trabalho não é um equívoco em si mesmo. Pelo contrário. O impasse, contudo, floresce quando esse vínculo enfatiza uma prática educacional voltada para o mercado em detrimento de uma formação de caráter essencialmente humanista, como indica a experiência da Bolsa-Formação do PRONATEC até o momento.

Neste contexto, a uniformização que a formação profissional apresenta é apenas aparente. O emprego da microeletrônica cada vez maior no campo do trabalho é um fenômeno irreversível. Porém, sua aplicabilidade, embora crie novas frentes de trabalho, como a área dos "Call Center", por exemplo, não significa que a formação profissional não seja fragmentada. Embora os objetivos do PRONATEC seja uma formação integral do sujeito para o mundo do trabalho, como expresso em seus objetivos, a realidade mostra o contrário. O que tem prevalecido é o aumento do desemprego estrutural e o discurso das indústrias e de parte dos organismos oficiais de que o país não possui mão de obra qualificada.

Portanto, embora o toyotismo se apresente como uma nova forma de produção, ele não se difere em nada do fordismo, pois ambos são parte da mesma lógica da grande indústria que prevaleceu ao longo de todo o século XX e que agora, no século XXI, continua em seu processo geral de racionalização do trabalho, com o emprego cada vez maior das novas tecnologias, com objetivo de ampliar a mundialização e a acumulação do capital.

Se como disse Gramsci, no fordismo, havia a intenção de formação do "novo tipo

psicofísico" devido à rigidez e à repetitividade do trabalho, o toyotismo busca, na nova fase do capital, ampliar a formação do novo tipo humano por meio de uma fragmentação da qualificação do trabalhador, implementando o discurso das novas habilidades, competências e polivalência, mesclando habilidades de homens e máquinas no processo produtivo mediado pelo avanço da ciência e das novas tecnologias.

Isso implica um desafio muito grande para a formação dos trabalhadores, que além de se preocuparem em estar bem formados dentro dos padrões do toyotismo, terão de estar em uma constante "formação continuada". Pois, por mais ampla e geral que seja a formação profissional, com o avanço científico e o emprego da microeletrônica na força produtiva, essa formação será sempre fragmentada a fim de que sejam atingidos os padrões de gestão como o sistema *Kanban*, *just-in-time* e a organização em redes.

A análise sobre a Bolsa-Formação do programa PRONATEC levou a uma reflexão ampliada sobre a educação no contexto capitalista. Nessa discussão, a inquietação primeira que se impõe refere-se à maneira como a constituição desse modo de produção corrobora para uma realidade de expressivas desigualdades socioeconômicas e para uma faceta de exploração humana com as quais não se pode conformar.

105

Como se demonstrou, é impossível desassociar os processos sociais dos educacionais. E é exatamente por essa ligação, agregado ao caráter irreformável do sistema capitalista – conforme explicitou Mészáros (2005) –, que a alternativa a qual se vislumbra não pode ser diferente daquela em que a perspectiva de uma mudança educacional radical esteja firmada para além do capital.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, G.; MORAES, L.. Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global toyotismo e “captura” da subjetividade. **Revista Mediações**, Londrina V. 11,N. I, p .105-124)JAN./JUN. 2006. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9006>> . Acesso em: 30 out. 2015.

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLOG DO PLANALTO. Dilma: **Pronatec 2.0 terá mais de 8 milhões de matrículas**. Brasília, 6 jun. 2014. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/dilma-pronatec-2-0-tera-mais-de-8-milhoes-de-matriculas/trackback/>>. Acesso em: 17 de jun. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia Pronatec de Cursos FIC**. Brasília, 2011. Disponível em <www.pronatec.mec.gov.br/fic/>. Acesso em 17 jun. 2014.

_____. **Subchefia de Assuntos Parlamentares**. Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28 de abril de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/EMI/2011/19-MEC%20MTE%20MF%20MP%20MDS.htm>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. **Objetivos e iniciativas do Pronatec**. Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

COSTA, R.C.D.; FRANZOI, N.L.; SILVA, C.O.B. **Projeção e Pronatec**: ciclo de políticas, políticas recicladas. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 84-100, 2013. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/45658/28838>>. Acesso em 17 set. 2015.

FERES, M. M. A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. In: **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE**. Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36631-mapa-ept-cgee-pdf-1&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 maio 2016.

FERREIRA, J. R. R. **Expansão da escola básica e a relação capital, trabalho e educação no Brasil dos anos 1970** [manuscrito] – 125 f Tese (Doutorado em Educação) UFG, Goiânia. 2011.

GRABOWSKI, G.. Um Pronatec a curto prazo. **Revista Carta Capital**. 03 jun. 2013. Entrevista concedida a Clarice Cardoso. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/um-pronatec-a-curto-prazo>>. Acesso em: 17 set. 2015.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1985.

_____. **Cadernos do cárcere**. 3.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 4.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pronatec**: Múltiplos Arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Rio de Janeiro, janeiro, 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1919.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LIMA, M. R. de. Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista. **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**. Ano V – Número 11. 2012. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET11_7.pdf>. Acesso em 13 set. 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, R. de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pronatec Empreendedor**: Caderno de apresentação. 2013. Disponível em <http://pronatecempreendedor.sebrae.com.br/customizacoes/Apresentacao/_doc/caderno_apresentacao_pronatec.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SENADO FEDERAL. Verbetes Sistema S. In: **Glossário Legislativo**. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

UOL EDUCAÇÃO. **Pronatec**: confira 4 explicações para o fracasso do programa. São Paulo, 25 set. 2015. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/09/25/pronatec-confira-4-explicacoes-para-o-fracasso-do-programa.htm>>. Acesso em: 29 set 2015.